

REQUERIMENTO PARA ACESSO E REUTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

1	IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO REQUERENTE (No caso de pessoas coletivas, se a certidão permanente não for suficiente para comprovar os poderes de representação do requerente, exige-se adicionalmente a apresentação do respetivo documento habilitante (por exemplo, procuração))
----------	---

Tipo de requerente:

☐ Pessoa Singular ☐ Pessoa Coletiva

Nome/Denominação:

Morada/Sede:

Documento de identificação:

☐ CC n.º _____ ☐ BI n.º _____ ☐ Autorização de Residência n.º _____ ☐
Outro: _____

NIF/NIPC:

Certidão Permanente n.º (se aplicável):

Telefone:

Email:

2	QUALIDADE DO REQUERENTE: (Juntar documento comprovativo da representação, se aplicável)		
☐ Titular da informação	☐ Representante legal	☐ Mandatário	☐ Outro

3	SOLICITA ACESSO A: (Indicar o(s) documento(s) ou processo(s) a que pretende aceder, mencionando, sempre que possível, número de processo, assunto, datas ou entidades envolvidas)

4	JUSTIFICAÇÃO DO PEDIDO (A preencher apenas se pretende aceder a informação de acesso reservado, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto. A justificação deve demonstrar um interesse direto, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido, suficientemente relevante para justificar o acesso)
Finalidade do pedido (ex.: instrução de processo, consulta técnica, litígio, outro):	

5	FORMA DE ACESSO PRETENDIDA (A reprodução de documentos e a emissão de certidões podem ficar sujeitas aos encargos previstos no artigo 14.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, quando exista tabela/lista de taxas em vigor e devidamente publicitada)
A) Consulta gratuita: Eletrónica ☐ Presencial nos serviços ☐	
B) Reprodução: Fotocópia ☐ Outro meio técnico: Visual ☐ Sonoro ☐ Eletrónico ☐	
C) Certidão: ☐	

* À data, não se encontra fixada nem publicitada tabela de custos aplicável, não sendo efetuada qualquer cobrança.

6 O DOCUMENTO DESTINA-SE A REUTILIZAÇÃO? (A preencher apenas se pretende reutilizar a informação, nos termos do artigo 19.º e seguintes da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto)		
☐ Não	☐ Sim (Especificar o fim da reutilização)	☐ Educativo
		☐ Investigação e Desenvolvimento
		☐ Outro:

7 MÉTODO DE NOTIFICAÇÃO (assinale com um x)	
☐ Endereço postal (na morada)	☐ Endereço de Correio Eletrónico (por <i>e-mail</i>)

8 DECLARAÇÕES E COMPROMISSO DE HONRA:
DECLARA, sob compromisso de honra, que: - Todos os elementos de identificação constantes deste pedido são verdadeiros. - Não divulgará nem fará uso indevido, por qualquer meio, da informação administrativa a que venha a ter acesso, nos termos da legislação aplicável.
Nos casos em que o acesso implique a consulta de dados pessoais de terceiros: ☐ Junta autorização escrita do titular dos dados, com identificação clara da finalidade e das categorias de dados a que se pretende aceder. ☐ Não aplicável

9 DOCUMENTOS COMPROVATIVOS (Indique os documentos entregues com este requerimento)

Pede deferimento.

Data _____ **Assinatura do requerente** _____

Informação sobre a proteção de dados nos pedidos de autorização de acesso a documentos administrativos e ambientais e reutilização de documentos dos SMAS de Sintra.

1. Dados, Responsável e Finalidade

Dados:

Nome, morada, NIF, cartão de cidadão/BI, autorização de residência, telefone, e endereço de correio eletrónico.

Finalidade:

Registo, análise e resposta a pedidos de acesso a informação administrativa e ambiental, produzida ou na posse dos SMAS de Sintra, e reutilização de documentos, nos termos do disposto na Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto.

Responsável:

Os dados pessoais recolhidos são tratados pelos SMAS Sintra – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra, pessoa coletiva n.º 680000054, com sede na Av. Movimento das Forças Armadas, 16, 2714-503 Sintra.

2. Base de Licitude

O fornecimento de dados pelo titular é obrigatório para efeitos de cumprimento de uma obrigação jurídica a que os SMAS de Sintra se encontram sujeitos, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto (cf. Artigo 6.º, n.º 1, alínea c) do RGPD), sob pena de impossibilidade de resposta ao pedido.

3. Conservação

Os dados pessoais recolhidos são conservados pelo prazo de 5 anos, a contar da data do envio dos documentos requeridos, findo o qual os dados são eliminados, sem prejuízo de conservação por prazo diferente em caso de litígio ou por imposição legal.

4. Destinatários

Os dados pessoais recolhidos podem ser comunicados aos seguintes destinatários:

- Tribunais e outras autoridades judiciais;
- CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos;
- Outras entidades com as quais os SMAS de Sintra estão autorizados a partilhar informação confidencial nos termos da lei.

5. Decisões individuais automatizadas

Os dados recolhidos não serão usados para decisões individuais automatizadas, nomeadamente não serão tratados para a definição de perfis

6. Transferência de dados pessoais

Os dados recolhidos não são objeto de transferências.

7. Direitos

Nos termos previstos no Regulamento de Proteção de Dados do Município de Sintra, e demais legislação de proteção de dados aplicável, o titular de dados pessoais pode, em qualquer momento, solicitar aos SMAS de Sintra o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, à sua retificação e ao seu apagamento, à limitação e oposição ao tratamento, à portabilidade dos seus dados, a não ficar sujeito exclusivamente a decisões individuais automatizadas, e à revogação do consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado. Pode solicitar informação sobre os destinatários dos dados, e tem direito a ter uma resposta do responsável pelo tratamento nos prazos legais, ao conhecimento de uma violação de dados, e a apresentar reclamação perante a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) através do sítio www.cnpd.pt, ou por carta dirigida para a Av. D. Carlos I, 134, 1.º, 1200-651 Lisboa e os contactos de Telef. 213 928 400, Fax 213 976 832, e-mail geral@cnpd.pt ou de recorrer aos tribunais comuns.

8. Contactos do Encarregado de Proteção de Dados (EPD)

Caso considerem que os seus direitos não foram devidamente atendidos e pretendam reclamar, os titulares podem dirigir-se à EPD através dos seguintes meios:

- Via postal: SMAS de Sintra, Avenida Movimento das Forças Armadas, 16 – 2710-503 Sintra, ou
- E-mail: epd@smas-sintra.pt.